

COMUNICAÇÕES

História, memória e comemoração: os 900 anos da Ordem de Malta

Dirceu Marchini Neto¹

Débora Rosa de Lima²

Resumo: Em 2013 comemoraram-se os 900 anos da Ordem de Malta, reconhecida oficialmente no ano 1113, pela Bula *Pie Postulatio Voluntatis*, expedida pelo Papa Pascoal II, que reconheceu e colocou a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, como também era chamada, sob a proteção da Sé Apostólica. A comemoração dos 900 anos de serviços caritativos da Ordem de Malta promove novas discussões sobre o legado do Movimento de Cruzada, que neste contexto se coloca de forma positiva. Discutiremos neste artigo a questão da memória e da comemoração, enfatizando a relação existente entre a memória e a história.

Palavras-Chave: Memória; Comemoração; Ordem de Malta.

History, memory and commemoration: 900 years of the Order of Malta

ABSTRACT: In 2013, we celebrated the 900 years of the Order of Malta, officially recognized in the year 1113, by *Pie Postulatio Voluntatis* Bull, issued by Pope Paschal II, who recognized and placed the Order of the Hospital of St. John of Jerusalem, as it was also called, under the protection of the Apostolic See. The celebration of 900 years of charitable service of the Order of Malta promotes new discussions about the legacy of the Crusade Movement, which in this context arises positively. We will discuss in this article the question of memory and commemoration, emphasizing the relationship between memory and history.

Keywords: Memory; Commemoration; Order of Malta.

Recebido em 15/07/2013 - Aprovado em 20/08/2013

Em 2013 comemoraram-se os 900 anos da Ordem de Malta, reconhecida oficialmente em 15 de fevereiro de 1113, pela Bula *Pie Postulatio Voluntatis*, expedida pelo Papa Pascoal II, que reconheceu e colocou a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, como inicialmente era chamada, sob a proteção da Sé Apostólica (COSTA, 2000).

¹ Doutorando em História pela Universidade de Brasília. Membro do Programa de Estudos Medievais da UnB (PEM). Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Universidade do Porto. Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Contato: dirceu_marchini@yahoo.com.br.

² Discente da Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás. Contato: debybeautiful.lima@gmail.com.

A Ordem do Hospital, posteriormente chamada de Ordem de Malta, nasceu em Jerusalém como uma ordem religiosa hospitalária, que estava dedicada ao cuidado dos pobres, enfermos e peregrinos. No ano de sua fundação oficial passou a ser dependente diretamente do Sumo Pontífice e ainda no século XII transformou-se em uma ordem militar devido às urgentes necessidades defensivas das terras cristãs do Oriente Médio. Entretanto, apesar de sua militarização, a Ordem nunca perdeu sua inicial característica assistencial (MARCHINI NETO, 2010).

Esta instituição religiosa se converteu em um dos grandes poderes atuantes nos reinos e principados do Mediterrâneo oriental, contribuindo ativamente na defesa frente aos muçulmanos. Em poucos anos, os Hospitalários se expandiram por todo o Ocidente europeu, passando a ser uma ordem militar supranacional. Contudo, os objetivos principais da milícia estavam no Mar Mediterrâneo oriental. As sedes administrativas da Ordem no decorrer dos anos foram: Jerusalém, Acre, Chipre, Rodes e Malta (BARQUERO GOÑI, 2003, p. 245).

Desde 1798, a Ordem de Malta não é mais uma instituição militar, no entanto, é uma das mais antigas instituições religiosas católicas, tendo sua existência não oficial se iniciado por volta de 1050.

Atualmente, a *Soberana e Militar Ordem Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta*, sediada em Roma, é um sujeito de direito internacional com funções soberanas, observador permanente das Nações Unidas, que atua em mais de cento e vinte países, em praticamente todos os continentes, na área da assistência médica e social, prestando ajuda humanitária.

A comemoração dos 900 anos de serviços caritativos da Ordem de Malta promove novas discussões sobre o legado do Movimento de Cruzada, que neste contexto se coloca de forma positiva.

Sobre as cruzadas, Jacques Le Goff escreveu que “em todo caso, elas não deixaram nada de positivo” (2007, p.88). Talvez Le Goff desconhecesse a história da Ordem de Malta e seus vários séculos de serviços caritativos, ou talvez apenas não quisesse admitir que esta instituição é, sim, um aspecto bastante positivo do legado do Movimento de Cruzada. É claro que as cruzadas custaram caro em meios e em homens, além de terem provocado nos muçulmanos fortes rancores, ainda existentes nos dias de hoje. Contudo, também é inegável que para o Ocidente cristão a Ordem de Malta foi, desde sua fundação, e ainda hoje, uma das maiores organizações prestadoras de ajuda médico-humanitária do mundo.

Nos dias atuais, a Ordem de Malta possui um programa de ação que inclui, além de assistência médica e social, auxílio às vítimas de conflitos armados ou de catástrofes naturais, serviços de emergências e de primeiros socorros, assim como auxílio a refugiados e desabrigados, sem distinção de raça, religião ou origem.

A instituição possui cerca de 13.500 membros, 80.000 voluntários formados e 25.000 empregados, sendo a maioria pessoal médico. A Ordem possui diversas organizações pelo mundo, como por exemplo, Grandes Priorados, associações nacionais, organizações de ajuda e fundações, que são as responsáveis pela execução das suas

atividades, tanto nas instituições permanentes (hospitais, centro ambulatoriais e centros da terceira idade) quanto através de seus programas médico-sociais e humanitários.

Os nove séculos de história e mais essa vasta atuação social justificam todos os eventos comemorativos que aconteceram no mês de fevereiro de 2013, que tiveram como programação principal a missa rezada no Vaticano, no dia 9, com a presença do Papa Bento XVI.

O ato de comemorar está ligado à preocupação de preservação da memória coletiva, que se existente faz com que o passado de um indivíduo, de um grupo ou de uma instituição não seja um vazio. A comemoração evita a *dammatio memoriae*.

Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal (SILVA, 2002).

No caso das comemorações dos 900 anos da Ordem de Malta, o que se busca, seguindo a concepção de Maurice Halbwachs (2011), é a preservação da memória coletiva e também da memória histórica. Milhares de pessoas que participaram das comemorações no ano de 2013 estão inseridas no contexto de atuação da instituição há anos, talvez décadas, e possuem laços afetivos com uma história recente da organização. A essa memória caracterizada por laços afetivos, talvez até por lembranças de fatos vividos individual e coletivamente, chamamos de memória social, o que Halbwachs chamaria de memória coletiva.

Quando nos referimos à história da Ordem de Malta nos tempos de sua fundação, continuando com a concepção de Halbwachs, os laços afetivos entre hoje e 900 anos atrás já não existem. Por isso, o que se tem quando já não há mais laços afetivos é uma memória histórica, que é preservada para que as tradições sejam conservadas. Entretanto, não se deve esquecer de que as tradições são o fundamental substrato para representações do passado.

Com concepções diferentes sobre o assunto, o filósofo Paul Ricoeur (2007) diz não haver grande dissociação entre memória e história. Para Ricoeur, as memórias individuais e coletivas se cruzam e se relacionam. O resultado desse cruzamento atestaria a continuidade temporal do indivíduo através de um processo de rememoração, que é a consciência da distância temporal, porém vista como uma continuidade entre presente, passado recente e passado distante. Paul Ricoeur ainda difere rememoração de comemoração, sendo a primeira um processo de elaboração individual e a segunda um processo de criação da memória coletiva.

Sobre a relação entre memória e história, Pierre Nora diz o seguinte (1993, p.9):

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações

sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

As comemorações, segundo ainda Pierre Nora, são *lugares de memória*. “A memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimento” (NORA, 1993, p.25). Os lugares de memória são criados como uma tentativa de fazer com que o cotidiano não se afaste das vivências da tradição e do costume. A memória necessita de lugares especiais para ser guardada, preservada em seus laços de continuidade e assim evitar a ruptura dos liames pessoais e a ameaça do esquecimento. Vale ressaltar que Nora, diferentemente de Halbwachs, não traçou uma ruptura precisa entre memória coletiva e memória histórica.

Segundo Loiva Otero Félix (1998, p.53):

O temor ao esquecimento gera a obsessão pelo registro, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, comemorações, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos – santuários, associações; processos que dão ilusões de eternidade.

Citando as palavras de Paul Ricoeur sobre as comemorações (2007, p.60):

Podemos situar também o ato de comemoração no par memória-hábito/memória-lembrança. A mediação de textos (narrativas fundadoras, manuais litúrgicos) opera, nesse aspecto, à maneira dos *reminders* evocados um pouco acima; não há efetuação ritual sem a evocação de um mito que orienta a lembrança para o que é digno de ser comemorado. As comemorações são, assim, espécies de evocações, no sentido de reatualização, eventos fundadores apoiados pelo “chamado” a lembrar-se que soleniza a cerimônia – comemorar, observa Casey, é solenizar

tomando seriamente o passado e celebrando-o em cerimônias apropriadas (Casey, Remembering, op. cit., p.233)³.

Obviamente, nas comemorações dos 900 anos da Ordem de Malta, muito se falou sobre a característica assistencial da instituição, já presente antes mesmo do reconhecimento pela bula papal em 1113, e pouco se disse sobre a outra característica da Ordem: a militarização e a prática da guerra. Pelo fato da Ordem de Malta ter se tornado uma ordem militar já no século XII, e por ter estado inserida no ambiente de Cruzada, participou de guerras, violência, exerceu dominação, e talvez tenha praticado atos que os valores da sociedade contemporânea condenariam (de uma forma bastante anacrônica). A Ordem de Malta foi uma instituição militar até 1798, quando o seu convento central foi expulso da ilha de Malta pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Até 1798, a instituição serviu como obstáculo militar ao avanço islâmico no Mar Mediterrâneo.

Além disso, as comemorações não mencionaram algumas derrotas da Ordem na defesa dos peregrinos católicos e das possessões cristãs no Oriente Médio e no Mar Mediterrâneo durante a Idade Média e Época Moderna. Como em grande parte das comemorações, nestas foram ocultados aspectos negativos e bastante valorizados os aspectos positivos (segundo valores ocidentais contemporâneos).

Esse ato de priorizar memórias pode ser considerado, por alguns historiadores, como o que Paul Ricoeur chama de *manipulação da memória* ou a utilização deliberada do esquecimento. Contudo, no caso das comemorações dos 900 anos da Ordem de Malta, o objetivo era exaltar, além de pessoas, uma qualidade de uma instituição que passou por modificações durante a sua história, que soube se adaptar às mudanças sociais, econômicas e políticas da Europa (do medievo à contemporaneidade), e que há séculos procura levar ajuda médica e direitos humanos básicos a pessoas necessitadas. Quem organiza uma comemoração faz como o historiador quando este se prepara para realizar uma pesquisa: seleciona memórias/documentos, prioriza alguns e dá menos importância a outros. Isso é aceitável, desde que não se configure realmente um abuso da memória (TODOROV, 2000).

Considerações

Segundo Jacques Le Goff (2006), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Refletindo sobre isso que diz Le Goff, considerando todas as notáveis ações médico-assistenciais praticadas pela Ordem de Malta nos últimos séculos, e considerando os compromissos assumidos pela instituição; as comemorações dos 900 anos de fundação (apesar de alguns aspectos não lembrados ou não enfatizados), podem ser vistas, sim, como uma tentativa de usar a história e a memória para servir o presente e o futuro.

³ Nota de Paul Ricoeur (2007, p.60).

Essas comemorações dos 900 anos da Ordem de Malta foram uma maneira de se homenagear uma instituição que sempre procurou ajudar pessoas e libertar homens e mulheres do sofrimento e das necessidades mais básicas⁴. Portanto, isso cumpre exatamente o que sugere Le Goff sobre a memória coletiva libertar e servir aos homens. E, concluindo, derruba sua própria tese de que as cruzadas não deixaram, como legado, nada de positivo.

Fontes e Bibliografia

- BARQUERO GOÑI, Carlos. *Los Caballeros Hospitalarios Durante la Edad Media en España (Siglos XII-XV)*. Colección Piedras Angulares. Burgos: Editorial La Olmeda, 2003.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade. *Militarium Ordinum Analecta*. Vols. 3 e 4. Porto: Fundação Engenheiro António Almeida, 2000.
- _____. *A Presença dos Hospitalários em Portugal*. Gavião: Ramiro Leão, 2010.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2011.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mário Vilela. 3ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média Explicada aos Meus Filhos*. Tradução de Hortencia Santos Lencastre. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- _____. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.
- MARCHINI NETO, Dirceu. *A Ordem do Hospital no Noroeste da Península Ibérica: doações e privilégios (séculos XII-XV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Universidade do Porto em maio de 2010.
- MARCHINI NETO, Dirceu; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.). *A Idade Média: entre a História e a Historiografia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.
- NICHOLSON, Helen. *The Knights Hospitaller*. Woodbridge: The Boydell Press, 2011.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, nº 10, Dezembro, 1993.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RILEY-SMITH, Jonathan. *Hospitallers: the history of the Order of St. John*. Londres: The Hambledon Press, 1999.
- _____. *Templars and Hospitallers as Professed Religious in The Holy Land*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2010.

⁴ Inicialmente, durante a Idade Média, as pessoas ajudadas eram peregrinos, provavelmente quase sempre cristãos.

_____. *The Knights Hospitaller in The Levant, c. 1070-1309*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, Nº 44, São Paulo, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de la Memoria*. Tradução de Miguel Salazar. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.